

16/10/2014

PLENÁRIO

PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE 19 DISTRITO FEDERAL

PROPOSTA

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE):
Senhores Ministros, trata-se de proposta de súmula vinculante por mim encaminhada ao então Presidente, Ministro Gilmar Mendes, tendo em conta o julgamento do RE 572.052/RN, de minha relatoria.

O acórdão do mencionado julgamento foi assim ementado:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO – GDASST, INSTITUÍDA PELA LEI 10.483/2002. EXTENSÃO. SERVIDORES INATIVOS. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

I – Gratificação de desempenho que deve ser estendida aos inativos no valor de 60 (sessenta) pontos, a partir do advento da Medida Provisória 198/2004, convertida na Lei 10.971/2004, que alterou a sua base de cálculo.

II – Embora de natureza pro labore faciendo, a falta de regulamentação das avaliações de desempenho, transmuda a GDASST em uma gratificação de natureza genérica, extensível aos servidores inativos.

III – Inocorrência, na espécie, de violação ao princípio da isonomia.

IV – Recurso extraordinário desprovido”.

A sugestão para o verbete foi a seguinte:

“A Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho GDASST, instituída pela Lei 10.483/2002, deve ser estendida aos inativos no valor correspondente a 60 (sessenta) pontos, a partir do advento da Medida Provisória 198/2004, convertida na Lei 10.971/2004”.

PSV 19 / DF

Em 30/3/2009, foi publicado o edital para ciência e eventual manifestação de interessados (fls. 56).

A Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal CONDSEF e a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social FENASPS manifestaram-se por meio de petição acostada às fls. 59-140.

A Fundação Nacional de Saúde – Funasa, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro, em peça subscrita pela Procuradoria-Geral Federal, também apresentaram manifestação às fls. 147-149.

À fl. 152, na qualidade de então membro da Comissão de Jurisprudência, manifestei-me pela adequação formal do pedido e pelo sobrestamento do feito até o trânsito em julgado do RE 572.052/RN, de minha relatoria.

O Ministro Joaquim Barbosa, também membro da já mencionada comissão à época, manifestou-se também pela adequação formal da proposta e recomendou o sobrestamento do feito, como sugerido (fl. 199), o que foi determinado pela Ministra Ellen Gracie à fl. 202.

Com o trânsito em julgado do acórdão proferido no RE 572.052/RN, estes autos foram encaminhados ao Ministro Ayres Britto, à época Presidente da Comissão de Jurisprudência, que proferiu o seguinte despacho, à fl. 209, *in verbis*:

“Cuida-se de proposta de edição de súmula vinculante, feita pelo Min. Ricardo Lewandowski. Proposta, essa, cuja adequação formal foi assentada por esta Comissão no exercício da competência que lhe era conferida pela Resolução nº 388/2008 deste Supremo Tribunal.

PSV 19 / DF

2. Prossigo para dizer que foi publicado o edital dirigido a eventuais interessados e que, com o julgamento dos embargos de declaração no RE 572.052, foi removida a causa do sobrestamento do feito.

3. Agora, o procedimento deve se orientar pela sistemática da Emenda Regimental nº 46/2011, de modo que esta Comissão somente voltará a se pronunciar após a manifestação do Procurador-Geral da República, nos termos do art. 354-C do RI/STF”.

Os autos, então, foram encaminhados ao Procurador-Geral da República, que ofereceu parecer pelo regular processamento e pela edição da presente proposta de súmula vinculante.

A Fundação Nacional de Saúde – Funasa, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro foram admitidos na qualidade de *amici curiae*.

A Secretaria de Documentação peticionou juntando o repertório de jurisprudência deste Supremo Tribunal sobre o tema versado nesta PSV.

Após, nos termos do art. 354-C do RISTF, foram expedidos ofícios aos Senhores Ministros da Comissão de Jurisprudência a fim de que se manifestassem no prazo comum de quinze dias.

O Ministro Dias Toffoli, membro da referida Comissão, opinou pela adequação da redação proposta.

Decorrido o citado prazo, foram expedidos ofícios aos demais Ministros, pelo mesmo prazo comum, informando que os autos estavam disponíveis para consulta em meio eletrônico.

Na sequência, os autos vieram conclusos à Presidência.

PSV 19 / DF

Bem examinados os autos, entendo que a presente proposta de súmula vinculante preenche os requisitos para aprovação.

Com efeito, por ocasião do julgamento do RE 572.052/RN, de minha relatoria, o Supremo Tribunal Federal consolidou sua jurisprudência no sentido de que a falta de regulamentação das avaliações de desempenho trasmutou a Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho – GDASST, instituída pela Lei 10.483/2002, em uma gratificação de natureza genérica, extensível, portanto, aos servidores inativos.

O acórdão do mencionado julgamento foi assim ementado:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO – GDASST, INSTITUÍDA PELA LEI 10.483/2002. EXTENSÃO. SERVIDORES INATIVOS. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

I – Gratificação de desempenho que deve ser estendida aos inativos no valor de 60 (sessenta) pontos, a partir do advento da Medida Provisória 198/2004, convertida na Lei 10.971/2004, que alterou a sua base de cálculo.

II – Embora de natureza pro labore faciendo, a falta de regulamentação das avaliações de desempenho, transmuda a GDASST em uma gratificação de natureza genérica, extensível aos servidores inativos.

III – Inocorrência, na espécie, de violação ao princípio da isonomia.

IV – Recurso extraordinário desprovido”.

No mesmo sentido, foi o julgamento do RE 597.154-RG-QO/PB, cujo acórdão foi assim ementado:

“Questão de ordem. Repercussão Geral. Recurso Extraordinário. 2. GDATA e GDASST. 3. Servidores inativos.

PSV 19 / DF

Crerios de clculo. Aplicao aos servidores inativos dos crerios estabelecidos aos ativos, de acordo com a sucessao de leis de regncia. 4. Jurisprudncia pacificada na Corte. 5. Questao de ordem acolhida para reconhecer a repercussao geral, reafirmar a jurisprudncia do tribunal, desprover o recurso, autorizar a devoluo aos tribunais de origem dos recursos extraordinrios e agravos de instrumento que versem sobre o mesmo tema e autorizar as instncias de origem a adoo dos procedimentos do art. 543-B, § 3º, do Codigo de Processo Civil”.

Cite-se, ainda, sobre o tema as diversas decises monocráticas proferidas pelos Ministros desta Casa, conforme apontou a Secretaria de Documentao: ARE 742.684/PE; AI 819.320/ES; ARE 707.872/RS; ARE 701.006/RJ; ARE 700.898/RJ; RE 703.209/MG; AI 710.317/SE; ARE 703.382/RS; RE 695.446/MG; AI 804.478/ES; AI 803.164/ES; ARE 680.791/RJ; AI 668.446/MG; RE 634.742/ES; AI 819.286/ES; ARE 637.514/ES; AI 836.772/DF; RE 626.723/SC; AI 803.170/ES; AI 803.162/ES; e AI 800.834/ES.

Quanto à sugesto de redao para o verbete, entendo adequada à representao da jurisprudncia consolidada sobre o tema.

Isso posto, voto pela aprovao do verbete com a seguinte redao:

“A Gratificao de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho GDASST, instituda pela Lei 10.483/2002, deve ser estendida aos inativos no valor correspondente a 60 (sessenta) pontos, a partir do advento da Medida Provisria 198/2004, convertida na Lei 10.971/2004”.

15/10/2014

PLENÁRIO

PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE 19 DISTRITO FEDERAL**VOTO**

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Senhor Presidente, em primeiro lugar, queria felicitar Vossa Excelência pela ideia de nos valermos desse instituto que é a súmula vinculante e os efeitos positivos que ela pode trazer.

Antes de entrar no mérito propriamente, Presidente, eu apenas observo que a súmula vinculante, diferentemente da repercussão geral, dá ensejo à reclamação. Eu acho que, em algumas situações, nós pegarmos teses firmadas em repercussão geral e transformarmos em súmula vinculante pode ser extremamente positivo pela clareza da enunciação da tese. Mas apenas eu não cogitaria de transformar todas as repercussões gerais em súmula vinculante para conter um pouco a inundação de reclamações.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Até por que, se Vossa Excelência me permite um brevíssimo aparte, a repercussão geral nem sempre reflete aquele requisito essencial da súmula que são as reiteradas decisões em matérias constitucionais. Às vezes, a repercussão geral é apenas uma única decisão do Tribunal e, a meu ver, não contempla esse requisito constitucional que permite a edição das súmulas.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Nesse caso da Proposta 19, Presidente, eu estou de pleno acordo. Eu teria uma sugestão de acréscimo de uma oração ao final, se Vossa Excelência me permite, que é exatamente a redação que Vossa Excelência propõe acrescida da seguinte oração: "Desde que tais inativos façam jus à paridade remuneratória com os servidores que percebem a gratificação, nos termos da Emenda Constitucional 20, da Emenda Constitucional 41 e da Emenda Constitucional 47". Porque, na verdade, a Emenda 41 extinguiu a paridade, portanto, se nós não fizermos a ressalva, eu tenho o temor de que alguém que não seja beneficiário da paridade possa

PSV 19 / DF

postulá-la porque ela está dita de uma maneira geral.

Portanto, a única consideração que faria é esta de dizer "desde que preencham os requisitos das emendas", que é o que consta, Presidente, dos precedentes que Vossa Excelência destacou na apresentação da justificativa.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Vossa Excelência poderia repetir? "Desde que preencha os requisitos..."

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - "Desde que tais inativos façam jus à paridade remuneratória com os servidores que percebem a gratificação, nos termos das Emendas Constitucionais 20/1998, 41/2003 e da 47/2005."

Com esse pequeno acréscimo, eu estou de pleno acordo com a Súmula, que, efetivamente, corporifica as decisões que foram tomadas pelo Plenário.

15/10/2014

PLENÁRIO

PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE 19 DISTRITO FEDERAL**PRELIMINAR**

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Senhor Presidente, eu gostaria de fazer algumas observações que se aplicariam não apenas a esse caso, mas também à proposta de Súmula seguinte, que é a 47.

Para aprovar Súmula Vinculante, vários requisitos são exigidos, especialmente que haja uma controvérsia atual, uma grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos. Essas são alguns desses requisitos.

Se é certo que se deve incentivar a criação de Súmula Vinculante, nesses casos, a mim me parece que se deve ter um cuidado em aprovar Súmula Vinculante em casos que não preencham os requisitos, até porque a aprovação atrai para o Supremo a competência originária para julgar os processos, por via de reclamação.

Neste caso específico, assim como no seguinte, a mim me parece que esses pré-requisitos necessários não estão claramente configurados. Primeiro porque, em relação à grave atualidade da controvérsia, já há decisão a respeito em repercussão geral, RE 596.962, tema 156, Dias Toffoli foi o Relator. A própria Súmula Vinculante 20, de certo modo, contribuiu para compor essa matéria. Então me parece que é matéria que envolve apenas questões residuais.

Por outro lado, Senhor Presidente, sobreveio a Lei 12.702, de 2012, que alterou substancialmente o parâmetro de concessão dessa gratificação. De modo que nós estaríamos aprovando uma Súmula, citando legislação, inclusive, que hoje já não tem vigência plena.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Há todo um estoque residual ainda, não é?

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Sim, há um estoque residual. Mas, justamente, por ser residual, e os casos, pelo menos da minha relatoria que eu pude ver, são todos anteriores ainda à aprovação

PSV 19 / DF

da repercussão geral. Depois disso, não teve mais distribuição nenhuma.

Então, eu ponderaria essa questão da conveniência em função desses requisitos.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Com relação a essa especificamente e eventualmente da próxima, não é?

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Com relação a essa especificamente e na seguinte.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Pois, não.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Então, eu ponderaria.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Acho que essa é uma questão prejudicial, e eu não tenho nenhum problema em colocá-la em votação, porque isso, aqui, nós estamos trabalhando em termos experimentais, porque são institutos novos, e temos que, realmente, ouvir a todos os Colegas. A intenção é dinamizarmos um instrumento que temos a nossa disposição. Mas eu ouço o Plenário.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Ministro Teori, quando Vossa Excelência diz que, aí, a competência originária passará para cá, Vossa Excelência se refere às reclamações?

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Exatamente.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Que é a preocupação que eu tinha externado.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Vossa Excelência colocou corretamente.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Agora, eu me permito também assentar que se nós não editarmos súmulas vinculantes por temor de reclamações, realmente não me parece, *data venia*, o procedimento mais adequado, porque, também, nós sabemos muito bem lidarmos com reclamações improcedentes, porque passamos uma vista de olhos nas reclamações e...

15/10/2014

PLENÁRIO

PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE 19 DISTRITO FEDERAL**DEBATE**

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Presidente, se Vossa Excelência me permite, ponderando sobre o que acaba de dizer o Ministro Teori, eu acho que a proposta de Vossa Excelência é muitíssimo bem vinda, até porque nós temos não só esse estoque aqui, mas nós nem sabemos o que ainda pende em outras instâncias que pode ser resolvido pela aplicação da súmula. E casos como este, dessas gratificações, realmente, tem sido às centenas.

Então, acho que, talvez, caminhando no sentido da proposta de Vossa Excelência, com a devida vênia dos que pensam em contrário, me parece muito bem-vinda e soluciona-se algo que se tem relativamente a essas pessoas que estão esperando a jurisdição. E, como bem diz o Ministro Toffoli, se formos esperar, a cada caso, quando muda a lei num país como o nosso, que tem uma dinâmica legislativa acentuada, talvez fiquemos com casos que tendam a aumentar cada vez mais o número de processos, ao invés de, pelo menos, resolver estes. Quer dizer, outros que venham, que solucionaremos no tempo devido.

Quanto à proposta do Ministro Barroso, eu perguntaria apenas se não seria o caso - pela dificuldade de qualquer dicção que se faça sobre um dado, quanto mais claro for e menor, mais compreensível, porque é mais fácil para se resolver -, então, eu perguntaria se não seria o caso, porque, aqui, na proposta do Presidente, se tem que "deve ser estendida aos inativos o valor correspondente", se não seria o caso, Ministro Barroso, de ao invés de ser "desde que tenha o cumprimento", porque isso vai ser verificado pela própria Administração, pelos órgãos e entidades respectivas, se não seria o caso "nos termos da legislação vigente ou atendido os termos da legislação", de tal maneira que não precisasse estender em demasia o que pode ensejar interpretação e tudo mais.

PSV 19 / DF

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - É porque foi uma emenda constitucional específica que acabou com a paridade. E, depois, sobrevieram duas outras emendas que voltaram a tratar da questão da paridade. Portanto, o regime jurídico da paridade está traçado em emendas constitucionais. De modo que, aí, eu penso que quanto mais explícito nós pudermos ser, tanto melhor.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Quer dizer, Vossa Excelência tem a preocupação de que essa súmula seja entendida, observada a paridade constitucional.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Senão todo mundo vai querer paridade.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Então está bom. Então, aí, poderia ficar "observada a paridade constitucional". Fica clara...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Mas, aí, podia ser "observada a paridade constitucionalmente estabelecida".

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, tenho uma ponderação a fazer.

O verbete de súmula deve ser, por si só, suficiente quanto à notícia da jurisprudência predominante. A proposta efetuada pelo ministro Luís Roberto Barroso direciona no sentido de que há pontos controvertidos a respeito do teor desse verbete, porque requer o aditamento, uma interpretação do teor. Mas há mais. Enfrentamos, em questão de ordem, o Recurso Extraordinário nº 597.154, e, então, versamos duas gratificações que são muito semelhantes: a gratificação objeto do verbete proposto e, também, a GDATA. Há precedente do Tribunal, da lavra do ministro Sepúlveda Pertence, no Plenário, que revela, num período determinado, que a percentagem extensível aos inativos não seria de sessenta por cento. Por isso, tendo a acompanhar o ministro Teori Zavascki quanto a esse

PSV 19 / DF

verbete. Acho que há implicações, como as mencionadas pelo ministro Luís Roberto Barroso, e que não cabe, diante dessas implicações, a edição do verbete.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Eu apenas queria dizer o seguinte: há um ponto na manifestação da Ministra Cármen Lúcia que me parece muito relevante, que a edição deste verbete, de certa maneira, poderia afastar dúvidas com relação a outras gratificações assemelhadas, que são múltiplas, que têm apenas uma denominação distinta e que se encaixam neste figurino.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Pois é, mas com força vinculante apanhar outras gratificações?

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Eu penso que a observação da Ministra Cármen Lúcia é muito importante, Presidente, porque não é só o estoque de processos que nós temos aqui no Supremo. Se nós estivermos resolvendo problemas das instâncias inferiores, já estaremos prestando um bom serviço. De modo que eu mantenho a minha posição favorável à súmula e verifiquei, Presidente, que o acórdão de Vossa Excelência, que é um dos precedentes invocados para a súmula, conclui na sua ementa, na proposição final diz assim: "Os servidores que ingressaram no serviço público antes da EC nº 41, mas que se aposentaram após a referida Emenda, possuem direito à paridade remuneratória e à integralidade no cálculo de seus proventos, desde que observadas as regras de transição especificadas nos artigos tais da EC nº 47". De modo que o acréscimo que eu estou propondo corresponde exatamente ao precedente de Vossa Excelência e ao do Ministro Dias Toffoli, na mesma linha.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Eu concordo, Ministro Barroso, inteiramente com Vossa Excelência. O que eu estou

PSV 19 / DF

pensando é apenas no ajustamento de palavras, mas quanto à parte...

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Economia de palavras, eu sou a favor também. Se ficar claro, eu sou a favor. Minimalistas.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Quanto ao teor, estou de acordo, estamos os dois completamente de acordo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – O que penso é que um verbete, especialmente um verbete vinculante, não pode suscitar controvérsias, dúvidas. Tem que ser suficiente por si mesmo. No caso, há, no Plenário do Supremo, controvérsias. Vamos imaginar enfoque por outros órgãos do Judiciário. É pacífica a matéria?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Mas eu creio que esta amarra que o eminente Ministro Barroso está propondo reflete exatamente a posição do Supremo Tribunal Federal. Eu estou recebendo inclusive de minha assessoria que continuam chegando ao Supremo dezenas e até centenas de casos como este.

Uma outra observação que eu me permitiria fazer, dizendo que ousei trazer a este Plenário estas propostas exatamente para que nós discutamos isso, até porque um instituto que foi criado em 2004, pela EC 45, e hoje nós estamos em 2014, passados dez anos, temos apenas trinta e quatro súmulas vinculantes. Eu penso que é um número muito pequeno e nós não estamos explorando as potencialidades. Quer dizer, talvez possamos, porque estas súmulas também não são eternas. São instrumentos que são editados num determinado momento e que posteriormente podem ser revogados, aditados, modificados. Mas eu creio que nós temos que ousar um pouco, com o devido respeito, e começarmos a usar este instrumento, até para verificarmos como ele repercute na realidade prática, no dia a dia dos juízes.

PSV 19 / DF

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Presidente, eu tenho a impressão de que Vossa Excelência acrescentando esta preocupação do Ministro Barroso com a observação da Ministra Cármen no sentido da economia das palavras, "obedecida a paridade constitucional" - e a paridade constitucional é obedecida se são obedecidas as emendas todas que se passaram -, fica bem sintético o enunciado e inteligível.

Então alcançamos o duplo objetivo, porque Vossa Excelência tem razão: serve para eliminar estoques. Mais tarde, se forem eliminados todos os estoques, mal não faz.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Ela deixa de ter a sua função.

Bom, vou submeter, inicialmente, a primeira questão: se devemos ou não editar essa súmula. Para mim, estou absolutamente neutro nessa questão. Apenas acho que devemos dar uma satisfação à sociedade, porque recebemos do constituinte derivado um instrumento importante, e não estamos usando. Então, é chegada a hora de tentarmos fazer um esforço e de completarmos, colmatarmos essa lacuna.

15/10/2014

PLENÁRIO

PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE 19 DISTRITO FEDERAL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, acompanho Sua Excelência o ministro Teori Zavascki. Repito o pensamento sobre a aprovação de verbete vinculante: é preciso que o enunciado do verbete seja estreme de dúvidas; não pode suscitar controvérsias, não pode requerer interpretação para definir-se o alcance.

Por isso, acompanho o ministro Teori Zavascki.

15/10/2014

PLENÁRIO

PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE 19 DISTRITO FEDERAL

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - A decisão do plenário é no sentido da edição dessa súmula vinculante, que pode ser revogada daqui a uns tempos sem problema nenhum.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - É difícil, Presidente, a revisão.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Vamos cuidar da redação, então. O Ministro Barroso propôs uma redação um pouco mais elaborada; o Ministro Fux contrapôs com outra, que é "obedecida a paridade constitucional". Isso satisfaria, Ministro Barroso?

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Não me oponho. Entendo - e aí concordaria com o Ministro Marco Aurélio - que quanto menos margem de dúvida deixar a súmula melhor. Mas, talvez, então, se não quisermos fazer referência às emendas, eu diria: "desde que tais inativos façam jus à paridade constitucional". Porque fica um meio caminho. Eu colocaria entre parênteses EC-20, EC-41 e a EC-47, porque acho que não haveria margem de dúvidas. Mas já reduzimos bastante a frase para atender à preocupação minimalista. Se estiverem de acordo...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Então ficaria: "obedecida a paridade constitucional ou atendida a paridade constitucional".

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Isso. Ou

PSV 19 / DF

"observada a paridade constitucional". E entre parênteses...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Eu só tiraria, se fosse o caso, mas isso é redação, Presidente. Porque, na redação proposta por Vossa Excelência, está que: "A Gratificação de Desempenho de Atividade por Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela lei tal, deve ser estendida aos inativos no valor correspondente a 60 (sessenta) pontos, a partir do advento da Medida Provisória (...)". E seria "desde o advento", porque estamos falando do passado; "a partir" é daqui para o futuro.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - "Desde". Está bem.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - E para não ficar "desde" duas vezes, Ministro Barroso, é que eu sugeriria: "obedecida ou estendida diretamente, desde o advento da emenda".

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Depois, "obedecida a paridade constitucional", e põe entre aspas as emendas constitucionais.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - O Ministro Barroso propôs "atendida".

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Não, não. Eu começava por "desde".

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Sim, mas estou dizendo que, como "desde" me parece obrigatório na primeira parte, porque não é daqui para frente, estamos recuando há 2004, então...

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Então, colocamos o "desde" em lugar de "a partir", que é a sugestão de Vossa

PSV 19 / DF

Excelência.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - E aí tem que ser "atendidas".

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - "Desde o advento da Medida Provisória, convertida na lei tal". Quer dizer, eu gostaria de explicitar "quando tais inativos façam jus à paridade remuneratória". Porque...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - "Atendidos pelos inativos".

15/10/2014

PLENÁRIO

PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE 19 DISTRITO FEDERAL**PROPOSTA****O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Senhor Presidente, faço uma sugestão. Somos nove Ministros no Plenário; dois votaram contra a edição da súmula. Então, somente sete votaram pela edição da súmula, e a maioria necessária para a aprovação é de dois terços. Há essa discussão sobre a redação. Sugeriria, então, que Vossa Excelência suspendesse a votação desse processo e que discutíssemos amanhã um texto. Com o voto eventual do Ministro **Gilmar Mendes** a favor da edição, discutiríamos o texto, porque, a rigor, não temos oito votos para fazer isso.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Perfeito. Lamento essa falta de quórum, porque se impede muito a continuidade do nosso trabalho. Perfeitamente, está acatado. Vamos suspender o pregão. Quem sabe o Ministro Gilmar Mendes volte, e retomamos, então, esse assunto. Parece-me muito importante, seja qual for o resultado.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Isso que eu queria indagar a Vossa Excelência, porque talvez ganhássemos até tempo na outra etapa: a redação também fica submetida ao Plenário?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Sempre foi assim, Ministro Fux.

Eu me lembro que, no início, havia grande facilidade, quando nós terminávamos o julgamento...

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Mas acho melhor, Ministro, a redação aqui é essencial. Porque uma falha na redação...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - E Maquiavel dizia que a tarefa mais difícil do príncipe é a de fazer leis, porque é lidar com palavras. Até na vida pessoal, às vezes, você fala uma coisa que é mal entendida, imagine algo que vai vincular a Administração.

PSV 19 / DF

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Eu me disponho, Presidente, a encaminhar a Vossa Excelência uma sugestão.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Senhor Presidente, só gostaria de observar que eu votei vencido numa questão preliminar de conveniência da edição da súmula. Eu não me vejo impedido de votá-la, no mérito, se for o caso, até para somar os votos necessários.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Pois não.

Há outras as quais me parece que refletem um consenso até maior e me parecem até mais necessárias, quem sabe, porque tratam de matéria que não é transitória como esta.

De qualquer maneira, está suspenso o pregão. Aguardamos a eventual volta do eminente Ministro Gilmar Mendes, mas também comunico, desde logo, que eu pedi para estudar a possibilidade de facilitarmos o processo de edição dessas súmulas vinculantes, o qual hoje está muito burocratizado.

Houve um momento em que havia uma facilidade muito grande, o Procurador-Geral da República se manifestava no Plenário, certamente o nosso decano haverá de lembrar-se disso, mas deste extremo partimos para um outro extremo. Então, estamos engessados. Mas acho que esse é um instrumento importante. E insisto novamente, com o devido respeito, para que os eminentes Colegas contribuam também identificando pontos de estrangulamento em que já há posicionamento reiterado do Supremo.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Eu tenho posicionamento formal, por escrito, sobre todas essas propostas de súmulas.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - E eu digo que essas súmulas inclusive contam com o beneplácito do Ministério Público. Quer dizer, já se manifestou formalmente, entendendo também, o fiscal da lei, que se trata de um verbete importante e necessário.

16/10/2014

PLENÁRIO

PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE 19 DISTRITO FEDERAL**DEBATE**

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Dando continuidade à apreciação das propostas de súmula vinculante, cujo pregão foi suspenso na Sessão de ontem, eu trago, à apreciação dos eminentes Colegas, a Proposta de Súmula Vinculante 19.

Eu já havia distribuído o material, e foi superada a questão da conveniência de se aprovar a Súmula, de maneira que vamos agora discutir o conteúdo desta primeira Súmula, que é a 19, que está em discussão.

O eminente Ministro Roberto Barroso sugeriu um acréscimo à redação proposta por nós, e há uma outra proposta do eminente Ministro Luiz Fux, um pouco mais singela, mas que resume, salvo melhor juízo, a proposta do eminente Ministro Barroso.

A Súmula 19 proposta é a seguinte:

A Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho - GDASST -, instituída pela Lei 10.483/2002, deve ser estendida aos inativos no valor correspondente a sessenta pontos - agora com a proposta da Ministra Cármen Lúcia - desde o advento da Medida Provisória 198/2004, convertida na Lei 10.971/2004. Aí, viria a proposta do Ministro Fux, penso que engloba a proposta um pouco mais alentada do Ministro Barroso, em que essa expressão é seguida de uma vírgula, onde se acrescenta a seguinte frase: desde que os inativos façam jus à paridade constitucional.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Presidente, essa foi a fórmula que nós propusemos ontem. Eu mesmo havia ficado de concluir a redação, só que, nessa fórmula, ficou duas vezes "desde", porque a Ministra Cármen Lúcia.... Então, ficou assim: desde o advento da Medida Provisória nº 198, convertida na Lei tal, quando tais inativos

PSV 19 / DF

façam jus à paridade constitucional (Emendas Constitucionais nºs 20, 41 e 47).

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR) - Pois não. Então, eu submeto à apreciação do Plenário, e eventual aprovação, a seguinte redação:

A Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho (GDASST), instituída pela Lei 10.483/2002, deve ser estendida aos inativos no valor correspondente a sessenta pontos desde o advento da Medida Provisória 198/2004, convertida na Lei 10.971, quando tais inativos façam jus à paridade constitucional (Emendas Constitucionais 20, 41 e 47).

Se Vossa Excelência, Ministro Barroso, depois puder me subsidiar com o texto completo para os anais.

16/10/2014**PLENÁRIO****PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE 19 DISTRITO FEDERAL**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, não se tratando de preliminar propriamente dita, mas de mérito, peço que Vossa Excelência consigne o meu voto vencido na aprovação.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE 19

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

PROPT. (S) : SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AM. CURIAE. : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

AM. CURIAE. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

AM. CURIAE. : FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

AM. CURIAE. : FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E
MEDICINA DO TRABALHO - FUNDACENTRO

PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, aprovou a proposta de edição da Súmula vinculante nº 34, nos seguintes termos: "A Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho - GDASST, instituída pela Lei 10.483/2002, deve ser estendida aos inativos no valor correspondente a 60 (sessenta) pontos, desde o advento da Medida Provisória 198/2004, convertida na Lei 10.971/2004, quando tais inativos façam jus à paridade constitucional (EC 20/1998, 41/2003 e 47/2005)". O Ministro Teori Zavascki acompanhou a maioria na aprovação da súmula depois de superada a questão da não conveniência da edição da norma. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 16.10.2014.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Roberto Barroso.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Fabiane Pereira de Oliveira Duarte
Assessora-Chefe do Plenário